

# ESTUDANTES PELO COMUNISMO

20 ABRIL 76

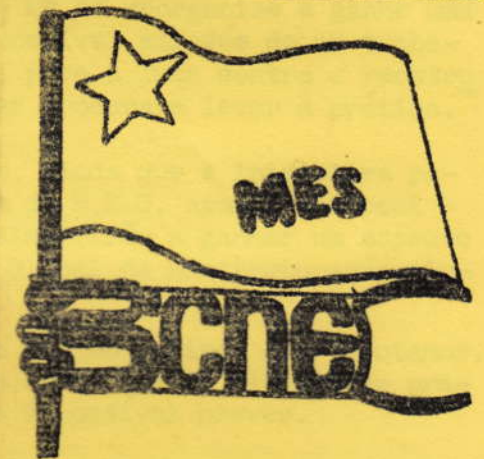
20 ABRIL 78


2

ANOS DE LUTA

ANOS DE ORGANIZAÇÃO

## III CONFERÊNCIA NACIONAL



CADERNO  AS TAREFAS QUE O  
M.E.S. APONTA  
PARA O M.E.

A > DEFINIÇÃO DAS PALAVRAS  
DE ORDEM E OBJECTIVOS  
GERAIS PARA O M.E.

B > DEFINIÇÃO DA ORIENTAÇÃO  
DO TRABALHO PARTIDÁRIO  
- PROPOSTAS DE RESOLU-  
ÇÕES

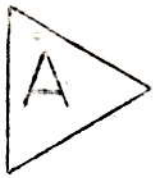
BOLETIM INTERNO DO SECTOR ESTUDANTIL

Comissão Permanente da COORDENADORA  
NACIONAL

PREÇO: 2.50 = 20.4.78 =

Nº 19 ANO III





# DEFINICAO DAS PALAVRAS DE ORDEM E OBJECTIVOS GERAIS PARA O ME.

1. A luta contra a reconversão capitalista liga-se hoje mais do que nunca ao combate pela conquista da hegemonia das perspectivas revolucionárias junto da juventude estudantil e à luta pela direcção revolucionária do movimento de estudantes.

A direcção revolucionária conquista-se e firme-se na luta contra a política do MEC. A batalha ideológica contra os valores burgueses ganha-se no trabalho de base, im-  
pondo uma nova prática associativa, reagrupando os estudantes, politizando o seu quodidiano e os seus problemas.

2. Os estudantes do MES trabalharão para que o ME se reorganize e ganhe uma combatividade renovada. Concretizar esta direcção só será possível através de um trabalho de sensibilização e mobilização da juventude estudantil para a luta contra a reestruturação tecnocrática e autoritária que o novo bloco do poder procurará levar à prática.

3. O terreno fundamental de luta está definido. Ainda que a iniciativa para cada batalha seja tomada pelo poder, cabe aos estudantes do M.E.S. apontar as posições de resposta que sendo na actual fase de carácter parcelar virão a ganhar um aspecto global com a aprovação na Assembleia da República do Plano Global de Reestruturação, ainda antes de novo mandato legislativo.

Mas para que possamos avançar na concretização dos objectivos que apontamos, importa dar às movimentações de natureza parcelar um tronco comum, que de algum modo prepare a resposta global às medidas de ordem também global que é possível prever.

4. Referenciar ao poder a iniciativa das batalhas a travar, não significa abdicar do papel fundamental que deverá pertencer aos revolucionários e particularmente ao MES, de em cada momento saber traçar com justeza os caminhos do próprio ME, da sua consolidação política e organizativa, e de simultaneamente marcar objectivos de luta e propostas alternativas, que serão na sua concretização um importante instrumento no combate à escola capitalista, na medida exacta em que contribuam para tornar mais viva a crise que atravessa, levando-a sempre mais fundo.

5. Mas falar em apresentação de alternativas não significa partir de análises vanguardistas, visto que não se trata aqui de apresentar uma alternativa à escola capitalista, mas tão só de contrapor ao projecto de reestruturação, propostas que sejam entendidas ao mesmo tempo como objectivos possíveis e como importantes pontos de mobilização dos estudantes, contribuindo desta forma para que o movimento estudantil se constitua como uma das frentes da Resistência Popular Activa e ganhe uma combatividade e objectivos de luta não meramente de natureza ideológica, mas ligados aos problemas que os estudantes sentem canalizando para a resistência as energias disponíveis do ME.

6. Os objectivos que o MES aponta para a luta estudantil terão inevitavelmente que partir de uma análise das preocupações e sentimentos dos estudantes, sem o que se revelarão ociosos e sem qualquer possibilidade de se tornarem focos de mobilização.

E é exactamente partindo dessa análise, que neste momento afirmamos serem o trabalho ideológico e o trabalho pedagógico uma das principais direcções da intervenção.

Afirmação que se baseia nas contradições mais evidentes que atravessam a

a juventude estudantil:

- \* as contradições internas ao aparelho escolar, em que o confronto entre os avanços que se conseguiram e as tentativas de recuperação por parte do MEC e do poder é a nota dominante;
- \* as contradições resultantes da situação de jovem colocado entre a necessidade de lutar por um quotidiano não alienante e a perspectiva negra do de sempre no fim do período escolar;
- \* os conflitos de classe exterior à escola, que decididamente colocam o estudante e os seus sentimentos de revolta dependentes do desenvolvimento dos conflitos de classe e da força do movimento popular.

7. Destas considerações iniciais resulta que neste momento a nossa palavra de ordem principal seja:

CONTRA A RECONVERSÃO CAPITALISTA DAS ESCOLAS  
POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO, CRÍTICO E CIENTÍFICO!

Palavra de ordem que deverá ser suportada pela articulação das seguintes frentes de combate:

- luta contra o autoritarismo capitalista e o renascimento do fascismo;
- luta contra o isolamento dos estudantes em relação à vida e luta dos trabalhadores;
- luta no interior do aparelho escolar contra o discurso político-ideológico das classes dominantes, reduzindo-lhe os efeitos, através da contra-posição de uma ideologia anti-capitalista;
- luta contra o enquadramento repressivo da juventude, contra a marginalização da juventude.

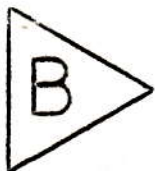
8. Aqui entronca directamente a problemática de ordem pedagógica e do funcionamento das escolas, que se apresenta como uma das componentes essenciais do conjunto dos problemas mais sentidos pelos estudantes. É na resposta a estas questões que centraremos a nossa atenção, dela dependendo em grande medida a possibilidade de chamar para o campo das posições revolucionárias um conjunto alargado de estudantes, engrossando assim a corrente de oposição ao projecto de reforma tecnocrática empreendido pela equipa de Cardia, acrescentada agora com as "personalidades competentes" do CDS.

9. Daí que apontemos como palavras de ordem gerais subordinadas à que é a central: CONTRA A RECONVERSÃO CAPITALISTA DAS ESCOLAS  
POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO, CRÍTICO E CIENTÍFICO!

as seguintes:

- NÃO À ELITIZAÇÃO, NÃO À SELECÇÃO - PELA UNIVERSIDADE ABERTA
- CONTRA O FMI, CONTRA A DEGRADAÇÃO DO ENSINO - AUMENTO DE VERBA PARA A EDUCAÇÃO
- CONTRA A MARGINALIZAÇÃO DO ESTUDANTE - NÃO AO NUMERUS CLAUSUS  
NÃO AO PROPEDEÚTICO  
PELO DIREITO AO ENSINO!
- PELA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA DEFINIÇÃO DO ENSINO
- CONTRA O ENSINO PRIVADO ENSINO PARA TODOS

10. No respeito destes objectivos conseguiremos definir uma plataforma de luta que sirva de contraproposta ao programa a apresentar pelo governo. Mas para que o consigamos temos de desenvolver a nossa palavra de ordem central, que representa em síntese todo o conteúdo de um projecto de intervenção política nas escolas.



# DEFINIÇÃO DA ORIENTAÇÃO DO TRABALHO PARTIDÁRIO



## proposta de resolução sobre O TRABALHO PEDAGÓGICO

Partindo da análise que fizemos sobre o movimento estudantil, fácil é perceber até que ponto são importantes os problemas de ordem pedagógica e a necessidade de lhes dar uma resposta adequada que possa contribuir para alargar a base de apoio dos revolucionários. É neste sentido que se torna indispensável precisar com rigor quais as grandes linhas que deverão guiar a nossa intervenção junto das questões que vulgarmente se designam por pedagógicas, mas que têm uma natureza eminentemente política e um conteúdo que pode ser objecto da acção revolucionária.

Feito este pequeno preâmbulo, há que passar de imediato ao desenvolvimento da nossa palavra de ordem central "CONTRA A RECONVERSÃO CAPITALISTA DAS ESCOLAS- POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO, CRÍTICO E CIENTÍFICO"

### 1. POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO

A defesa deste princípio orientador, exige em primeiro lugar, o combate a alguns pontos fortes do decreto de gestão, o que significa a contraposição de uma outra concepção de democracia e gestão nas escolas:

- \* lutar pela eleição dos CCDD por sufrágio directo, secreto e universal, o que quer dizer a redução acentuada do papel das AARR e do parlamentarismo;
- \* afirmar a AGE como órgão soberano da escola e recolocar vigorosamente o seu papel efectivo e o seu carácter verdadeiramente democrático enquanto garante uma real participação colectiva;
- \* exigir a paridade entre estudantes e professores nos Conselhos Pedagógicos, única forma de garantir que os estudantes possam fazer ouvir e resolver os seus problemas na perspectiva que lhes parecer a mais correcta;
- \* exigir a diminuição dos poderes dos Conselhos Científicos, o que significa:
  - . abri-lo à participação dos assistentes;
  - . ser eleito democraticamente por todos os docentes, à luz do que se passa com os outros órgãos da escola;
  - . exigir o fim da responsabilização civil e criminal dos CCDD pela execução das deliberações dos Conselhos Científicos;
  - . Impôr uma sólida orgânica de gestão das escolas que combata a delegação de poderes e o parlamentarismo e que esteja assente nas turmas e nos cursos através dos órgãos criados para esse fim (Comissões de Turma, Comissões de Curso, ...);
  - . exigir a participação dos estudantes através das suas estruturas representativas, na definição dos programas e no controle sobre o seu cumprimento, tornando democrático o processo pedagógico, em que o próprio professor é um dos elementos componentes do conjunto da turma ou curso.

## 2. POR UM ENSINO CRÍTICO E CIENTÍFICO

### A) SOBRE A AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

- defender o trabalho colectivo como método fundamental de trabalho e avaliação;
- defender a avaliação contínua, podendo ser complementarizada com testes individuais para a atribuição de notas diferenciadas;
- defender o controle estudantil sobre a avaliação; erguer uma barreira à seleção ideológica;
- impôr transformações na relação professor/aluno: combate ao autoritarismo crescente dos professores, o que significa a sobrevalorização do ensino e da aprendizagem consciente e crítica;
- exigir que o ensino seja uma prática de constante aprendizagem, no respeito pela liberdade de cada estudante e tendo como base o desenvolvimento da capacidade de crítica e imaginação, contra o ensino/débito daquilo que o professor diz, sem que seja submetido à análise e crítica dos estudantes.  
Isto significa defender a qualidade de ensino: se o professor é exigente em relação aos alunos, cabe a estes serem também exigentes quanto às qualidades pedagógicas de cada docente;
- combater o aumento dos ritmos de estudo e dos testes, forma que também permitirá assegurar um ensino de qualidade e que não se fique pela reprodução pura e simples daquilo que dizem os professores ou as suas sentenças.

### B) SOBRE OS PLANOS DE ESTUDO

- recusar programas caducos, exigir uma actualização técnica e teórica;
- introduzir nos "curricula" espaços que sejam o reflexo da realidade social portuguesa e permitam que o estudo sério e rigoroso das matérias substitua o academismo, o estudo livresco;
- exigir melhores condições de apoio ao ensino, à aprendizagem e à investigação, nomeadamente o reforço da material didático: laboratórios, bibliotecas; meios audiovisuais...
- combater o estudo sebesteiro, e exigir leques bibliográficos amplos e diversificados;
- combater a separação aulas práticas/aulas teóricas, contra o ensino magistral.

São estas as grandes linhas que nos deverão orientar no trabalho pedagógico que urge avançar; será este um pilar fundamental da nossa intervenção nas escolas, que nos permitirá adquirir rapidamente, se apresentado de uma forma coerente, uma imagem de força política interessada em apresentar para o funcionamento das escolas, uma alternativa que distante das propostas sindicalistas se revele como a única que pode dar uma resposta conseqüente aos anseios e aos problemas dos estudantes portugueses.



## proposta de resolução sobre O TRABALHO ASSOCIATIVO

### A) O REFORÇO DO TRABALHO ASSOCIATIVO

A luta contra a reconversão capitalista das escolas só poderá ser levada à vitória se assentar em sólidas estruturas organizativas, que terão que ser as AAEE. É assim que temos de apontar como tarefa central a imposição de uma nova prática associativa para reforçar o MA. Isto passa por:

## I.) LANÇAR A ORGANIZAÇÃO DE BASE EM TODA A ESCOLA

Os revolucionários devem estar na primeira linha dos seu enraizamento nos cursos e nas turmas, lançando comissões de curso e de turma, bem como intervindo activamente nas secções associativas. Esta é uma condição "sine quanon" para prestigiar as AAEE junto dos estudantes e ligá-las intimamente às suas reivindicações e ao seu quotidiano.

Só com este trabalho poderemos mobilizar para a luta as massas mais recuadas dos estudantes, que se apresentam hesitantes.

## II.) DEFENDER A MAIS AMPLA DEMOCRACIA ATACANDO E DESTRUINDO O PARLAMENTARISMO

A defesa da democracia associativa passa por dar grande peso às comissões de curso e de turma, pela defesa do apartidarismo no MA e pelo quebrar à nascença os parlamentos associativos.

## III.) LIGAR AS REIVINDICAÇÕES CONCRETAS AO COMBATE IDEOLÓGICO E CULTURAL

Temos que ter uma preocupação fundamental no nosso trabalho: a da sensibilização de largos sectores de estudantes contra a política governamental. Assim conseguiremos desenvolver um persistente trabalho de organização e preparação das condições necessárias para os embates com o governo e com as forças de direita. Esse trabalho de organização e preparação faz-se ligando as reivindicações e preocupações concretas, as situações quotidianas dos estudantes, à agitação cultural e ideológica com características de massa.

## IV.) LANÇAR AS BASES DE CONSTRUÇÃO DE UNEP

A construção da UNEP na luta contra a reestruturação tecnocrática e autoritária deve ser um objectivo guia fundamental para o trabalho de reforço e organização do MA. De facto a possibilidade de derrotar a política de Cardia ou de outro ministro da mesma côr depende em muito da construção de uma estrutura nacional representativa dos estudantes e das suas posições.

## V.) UNIFICAR A LUTA DOS ESTUDANTES COM A LUTA DOS TRABALHADORES

O MES defende que lançar um trabalho de massas não é despolitizar o MA transformá-lo num aparelho corporativista, sem vida nem tradições. Lançar um trabalho de massas é precisamente politizar aqueles terrenos de intervenção que mobilizam as largas camadas da juventude. A perspectiva de unificação dos combates estudantis com as lutas dos trabalhadores e o movimento popular, mantém-se como um dos objectivos centrais do nosso trabalho.

## B) A NOSSA INTERVENÇÃO NAS AAEE

O nosso trabalho nas AAEE tem como objectivo geral a derrota da direita - o inimigo principal - e ao isolamento das suas posições. Por outro lado nesse combate temos que lutar pela afirmação das posições dos revolucionários, dando combate às posições conciliadoras ou radicais. Isto conseguir-se-á trabalhando correctamente nas AAEE e nas suas estruturas, lutando pela conquista de AAEE para as perspectivas revolucionárias, estabelecendo uma correcta política de alianças face a cada situação concreta. O exemplo da recente vitória da esquerda na AE de Agronomia indica-nos que é possível derrotar a direita, em escolas onde o peso desta não só justifique como imponha a unidade conjuntural das diversas forças de esquerda. Derrotar a direita no terreno associativo é fazer com que a política do MEC não seja pacífica, é criar condições para a fazer recuar.

Devemos no entanto assentar este trabalho de unidade conjuntural e conflitual em sólidos princípios e objectivos políticos, garantindo a autonomia das nossas posições. Para isso devemos colocar, como no centro dos programas a trabalho de desenvolver e alargar a luta contra a reestruturação tecnocrática e autoritária do ensino e a luta por uma nova prática associativa que reforce o MA:

Por isso defendemos os seguintes pontos;

1. A defesa das AAEE como estruturas democráticas unificadoras dos estudantes em cada escola, na luta contra a reconversão capitalista, e das RGA's como órgãos soberanos;
2. A defesa das AAEE como estruturas que estabeleçam relações de cooperação militante com todas as estruturas sindicais, órgãos unitários de base, associações culturais etc, que lutam por uma sociedade livre de todas as formas de exploração, como forma de integrar o estudo escolar com a realidade social e a luta dos trabalhadores;
3. A defesa das AAEE como estruturas dinamizadoras da unidade, do convívio, do desporto, entre os estudantes como forma de reforçar a sua solidariedade;
4. A defesa das AAEE como estruturas intervenientes no próprio conteúdo e formas de ensino através da luta contra o aumento da selecção e os aumentos do ritmo de estudo, defesa da avaliação contínua e colectiva e da luta pela revogação das numerus clausus;
5. A defesa das AAEE como estruturas centrais no combate à reestruturação tecnocrática e autoritária do MEC e na defesa de uma reestruturação democrática e progressista, amplamente discutida nas escolas e que contemple a realidade social;
6. A defesa intransigente dos seguintes princípios do MA:
  - da representatividade e da unicidade- contra o pluralismo e o parlamentarismo;
  - da democraticidade;
  - do apertidarismo; e da arreligiosidade;
  - do anti-fascismo e do anti-imperialismo;
7. A defesa das AAEE como órgãos autónomos face ao Estado, assim como a defesa intransigente de todo o aparelho associativo que passa por impedir que o governo se queira substituir aos estudantes na gestão das estruturas e patrimónios adquiridos na luta desde há largos anos;
8. A defesa da existência das AAEE e das respectivas DDAAEE eleitas democraticamente, com base em Programas e Estatutos, e só revogáveis pelas massas estudantis;
9. A defesa das AAEE como estruturas centrais na formação cultural e ideológica dos estudantes e no combate à influência fascista e social-democrata sobre certos sectores dos estudantes.

A nossa intervenção nas AAEE deve ter como eixo importantíssimo o trabalho pedagógico, tendo como objectivo pôr em causa a reestruturação do MEC em todos os aspectos em que ela implica, e deve assentar num trabalho cultural virado para as problemáticas de juventude (droga sexualidade, desemprego, falta de espaço...), sem nunca desligarmos este trabalho com o da unificação com o movimento popular.

### C:) SOBRE O TRABALHO FEDERATIVO

A oposição à política do MEC para se alargar e se traduzir num afrontamento global, quer a nível regional, quer a nível nacional, requer um MA forte escola por escola e também um MA que assente em estruturas federativas fortes.

Assim deveremos lutar pela estruturação permanente das RIA's do PORTO e LISBOA, e pela construção de RIA's distritais, onde as condições de desenvolvimento de trabalho associativo o permitam. A este nível do trabalho federativo deveremos lutar pela criação de estruturas regionais ou distritais, que correspondam a objectivo e divisão de responsabilidades definidas.

Este trabalho deve ser acompanhado pela defesa intransigente dos ENDA's como estrutura superior de decisão do MA e do ME, ao nível federativo, e deve ser desenvolvido debaixo de um objectivo central (mas não imediato) que é o da CONSTRUÇÃO DA UNEP. Entendemos a UNEP como estrutura federativa nacional que coordene e dirija as lutas e reivindicações de todos os estudantes.

Os militantes do MES lutarão para que este objectivo já antigo da luta estu-

dantil, não só não sofra desvios e ataques, como também lutarão pela criação de condições políticas e organizativas para a sua construção. Por isso desenvolver e alargar a oposição à imposição da "Reforma" é sem dúvida uma tarefa central na luta pela construção da UNEP.

Na realidade vamos viver um período relativamente largo que vai ser caracterizado pela preparação do terreno para a imposição da Reestruturação. Assim impõe-se que avancemos na sensibilização dos estudantes para a construção da UNEP através da criação de estruturas sectoriais estudantis por áreas de ensino, que vão forjando alternativas concretas de "resolução" das contradições que a política do MEC vai gerar sectorialmente. Por outro lado deveremos dirigir tenazmente e progressivamente a coordenação das diversas estruturas que se vão criando, ao mesmo tempo que lutaremos pelo seu enraizamento em todas as estruturas associativas e outras estruturas das escolas com participação estudantil.

Esta é de facto uma tarefa central e uma condição essencial para definir uma plataforma de luta que suporte a necessidade e a própria existência futura da UNEP. Sem objectivos de carácter político e reivindicativo não sensibilizaremos nem um estudante para construir a UNEP na luta contra a reestruturação tecnocrática e autoritária.



## proposta de resolução sobre POLÍTICA DE ALIANÇAS

O III Congresso do nosso Partido definiu com clareza uma linha geral relativa às alianças políticas, subordinando-as às tarefas da Resistência Popular Activa.

Urge ultrapassar os vícios de uma prática "unitária" que apenas representava uma falta de princípios firmes nas alianças políticas necessárias ao desenvolvimento da linha táctica do nosso Partido.

Nas escolas as tarefas da Resistência Popular Activa concretizam-se na luta contra a reconversão capitalista das escolas e no sentido da imposição dum ensino democrático, crítico e científico. A nossa linha de alianças tem que servir estes objectivos genéricos. Assim deveremos combater o inimigo principal nas escolas: o MEC e as forças da direita JSD/PSD e JC/CDS na base de uma ampla política de alianças que vá desde possíveis sectores da JS à UJCR, passando pela UEC e trotskistas e eventualmente pela UEDS, mas tendo presente as características das diversas forças e a necessidade de uma afirmação revolucionária que dê combate aos inimigos secundários (JS principalmente e UEC no ensino superior) e aos adversários dos quais a UJCR/UDP aparece como principal.

Tudo isto traduz-se numa política de compromissos pontuais com outras forças a qual tem em linha de conta a relação de forças existente e os terrenos em que se coloca. Quando a batalha fôr a de derrotar a direita estaremos com a UJCR, a UEC, mesmo com a JS e com outros grupos de esquerda. Quando a batalha principal fôr a de dar combate ao reformismo da UEC devemos juntar debaixo de uma alternativa revolucionária o máximo de forças fora da órbita da UEC.

Só este tipo de alianças políticas, a um tempo flexível e firme, ultrapassará a unidade pela unidade, tornando-se um meio para a concretização dos objectivos políticos do Partido, concretamente um dos suportes da linha táctica.